

Televisão Educativa em Cinco Décadas: da Criação da TV Universitária de Recife-PE (1968) à Extinção da Fundação Piratini-RS (2018)¹

Emerson dos Santos DIAS²

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Esta pesquisa apresenta os avanços e retrocessos, perspectivas e ressignificações das emissoras educativas no Brasil a partir das experiências de cinco décadas demarcadas iconicamente pela criação, em 1968, do Núcleo de TV da UFPE, responsável pela TV Universitária de Recife, e pela extinção da Fundação Cultural Piratini, em 2018, responsável pela TV Educativa do Rio Grande do Sul. Ao analisar as condições e conjunturas nos extremos da trajetória das TVs Educativas, confirmam-se mais uma vez o descaso com direito à comunicação e de acesso aos bens culturais materiais e imateriais da sociedade brasileira, assim como a efetiva desconstrução de um sistema público de radiodifusão possível. Para a pesquisa foram utilizadas análises documental e histórica, assim como resultados de projetos de pesquisas acadêmicas das quais o autor participa.

PALAVRAS-CHAVE: Radiodifusão Pública; Mídia Pública; TV Educativa; TV Universitária; Comunicação.

INTRODUÇÃO

A proposta central deste trabalho evidencia uma discussão envolvendo Educação e Radiodifusão Pública no decorrer da história recente do Brasil, mas reiteramos que as investigações aqui reunidas não se amparam apenas nos processos de comunicação onde pessoas ou organizações são consideradas geradoras de informação, tal qual a suposta democratização da comunicação com a chegada da internet. Abordamos aqui que as organizações colaboram e ao mesmo tempo interferem na compreensão do ambiente midiático brasileiro, o que nos leva a destacar dois referentes que se apresentam em lados distintos e complementares da comunicação: o cidadão comunicador, detentor de

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação pela UERJ, jornalista, mestre e professor de Jornalismo pela UEL-PR, e-mail: emerson.dias@gmail.com.

percepções e de ferramentas necessárias para mediatizar de maneira eficiente a informação (e assim participar, cobrar e também interagir na gestão das mídias públicas e privadas); e o Estado, detentor das concessões e como incentivador nato da mídia pública em qualquer país. Em nossas pesquisas (DIAS, 2017, 2015), sempre defendemos que ambos estão contidos na Comunicação Pública, campo que se apresenta em diversas formas, conceitos e práticas. De maneira semelhante encontramos esta perspectiva em Rincón (2002) ao pensar a televisão pública “do consumidor ao cidadão”.

Para dar conta de tal abordagem seria preciso delinear alguns limites a diversos conceitos levantados – como Comunicação Pública, Mídia Pública, TV Educativa (TVE) e TV Universitária (TVU) – e inserir questões históricas e conjunturais que se cruzam continuamente na trajetória das organizações midiáticas brasileiras. Analisando historicamente, percebe-se que a tentativa de sistematização da comunicação pública, aqui especificamente com foco na Educação, não tem como marco contemporâneo importante apenas a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada entre 2007 e 2008³, mas sim raízes diversas: das iniciativas de Roquette Pinto durante as décadas de 1920 e 1930 até a criação da entidade que leva o nome do mesmo – a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), em 1997.

Neste longo e difícil caminho percorrido pelas emissoras educativas brasileiras, tivemos ainda a criação da Rádio MEC, em 1936, no Rio de Janeiro⁴, surgida com Roquette Pinto doando a própria emissora para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). No Rio Grande do Sul, houve a criação da Fundação Cultural Piratini em 1959, parte do objeto deste estudo. Devemos incluir também a Fundação Padre Anchieta, criada pelo estado de São Paulo em setembro de 1967 e, até o presente momento, mantenedora da TV Cultura e das emissoras de Rádio Cultura de SP (AM e FM). Por fim, incluímos a TVE do Rio de Janeiro, criada em 1975, e ainda a Fundação TV Minas – responsável pela Rede Minas – criada em agosto de 1984 pelo governo mineiro e que encabeça uma rede com mais de 20 emissoras em Minas Gerais, uma no Espírito Santo e outra no Paraná.

³ A EBC surgiu em outubro de 2007, por meio da Medida Provisória nº 398, assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2008, a MP é convertida, pelo Congresso Federal, na Lei 11.652, oficializando a criação do sistema público de radiodifusão. Link: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>> . Acesso em: 25 jun. 2018.

⁴ Já amparada pela Lei 4.117 de 1962, do Código Brasileiro de Telecomunicações, quando são adicionadas oficialmente as emissoras educativas no cenário midiático.

Dentre tantos e importantes marcos históricos da Radiodifusão Pública no Brasil, detalhados em diversas pesquisas de fôlego como Octávio Pieranti (2007) e Iluska Coutinho (2013), optamos por destacar dois deles que – infelizmente – pontuam alvorecer e crepúsculo de projetos audaciosos envolvendo Educação, Mídia e Comunicação: os 50 anos de funcionamento das emissoras brasileiras de televisão que entendemos como educativas, iniciados com a TVU de Recife, em 1968, e agora com o visível colapso da TVE, de Porto Alegre, por meio mudanças emblemáticas impostas a partir do encerramento dos trabalhos da Fundação Piratini, em 2018. Ressaltamos que a extinção da Piratini não resultou no fechamento da TVE gaúcha, mas sim num drástico desvio de função e configuração, perdendo as características de independência orientadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A independência das emissoras públicas em relação ao poder político – e, em certa medida, também em relação ao poder econômico e suas pressões de caráter comercial – é tão importante quanto no caso das autoridades reguladoras da radiodifusão, pelos mesmos motivos. Se as PSBs [*public services broadcasting*] não tiverem liberdade de transmitir noticiários e outros conteúdos de atualidades de forma balanceada, usando critérios jornalísticos para selecionar as notícias relevantes, sua capacidade de contribuir para a diversidade será prejudicada. Mais grave ainda será o impacto num cenário eleitoral. (UNESCO, 2011, p. 49).

Além dos apontamentos e relatórios da UNESCO (2012, 2011), para desenvolver este trabalho usamos a pesquisa bibliográfica, documental e histórica, tanto a partir de referências clássicas (GIL, 2008; BRIGGS, BURKE, 2006; MOREIRA, 2005) quanto dos resultados parciais de dois projetos de pesquisa em execução na Universidade Estadual de Londrina (UEL) dos quais fazemos parte: o primeiro é de nossa responsabilidade⁵ e trata de analisar, durante todo o ano de 2018, as ações, reações e intervenções envolvendo a EBC e, por extensão, as mídias públicas, sejam elas governamentais, educativas ou comunitárias, que chegaram ao ponto de desconfigurar a primeira da condição básica para um sistema público de radiodifusão: a extinção de conselhos consultivos e deliberativos e alterações legais e regimentais que resultam em subserviência destas mídias aos governantes detentores dos recursos financeiros.

⁵ O Projeto de Pesquisa chamado “**Radiodifusão pública em (des)construção: dez anos da Empresa Brasil de Comunicação**” (sob o registro nº 11270 no sistema UEL) serve de complemento para a nossa tese de Doutorado (DIAS, 2017), que abrangeu a trajetória da EBC entre 2007 e 2017. Link: https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/prj/pes/index.php&pagina=pes_gry_codigo1.php > Acesso em: 2 jul 2018.

Já o segundo projeto de pesquisa envolve análises conjunturais sobre diversos temas a partir de um importante periódico de época: a revista *Realidade*⁶. Em edição específica (NOGUEIRA, 1969), retiramos apontamentos referentes aos primeiros meses de funcionamento da televisão educativa pioneira no Brasil, assim como a inauguração da TV Cultura de São Paulo. O subtítulo da reportagem de oito páginas utilizada neste trabalho, por exemplo, trata das duas emissoras e das “perspectivas futuras” de ambas:

Primeiro foi a TV Universitária de Recife. Agora é a TV Cultura de São Paulo: um poderoso instrumento começa a ser aproveitado na educação. As duas procuram seus caminhos, porque até ontem ninguém entendia de televisão educativa no Brasil. Mas logo em seu primeiro mês de existência, a emissora de São Paulo já acusava um índice de 7% de audiência. (NOGUEIRA, 1969, p. 195).

Como é possível observar, a análise histórica do jornalismo também colabora para o desenvolvimento desta pesquisa. Reportagens e artigos recentes sobre a Fundação Piratini também foram coletados, analisados e inseridos ao longo do trabalho.

1. Configurações das mídias públicas educativas brasileiras

Diferente do período histórico em que profissionais (e, por extensão, a sociedade brasileira) tateavam em experimentos audiovisuais naqueles primeiros meses de funcionamento das emissoras educativas, 50 anos depois temos efetivamente ações políticas tratando com desdém as possibilidades abertas no passado para a radiodifusão pública no país. Enquanto em 22 de novembro de 1968 surgia a TV Universitária do Recife, parte integrante do Núcleo de TV e Rádios Universitárias (órgão suplementar da Universidade Federal do Pernambuco - UFPE) como alternativa ao uso comercial já efetivado pelas concessões televisivas que dominavam os 4,5 milhões de aparelhos de TV existentes naquele ano (SOUZA, 1969), em 30 de maio de 2018 era extinta a Fundação Piratini por meio do decreto 54.089/2018 (assinado pelo governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori), assim como o Conselho Deliberativo da mesma.

⁶ O Departamento de Comunicação da UEL recebeu, como doação, os exemplares dos primeiros quatro anos da revista *Realidade*, incluindo o número zero (de novembro de 1965). Com o projeto nomeado de "**Realidades da Realidade**", um grupo formado por professores do departamento vem desenvolvendo pesquisas sobre o jornalismo (e seus diversos gêneros jornalísticos e formas de discurso), o fotojornalismo, a programação visual e a publicidade destes primeiros anos de circulação da revista. Neste artigo constam resultados parciais de pesquisa do(s) autor(es), participante(s) do grupo.

A TVE gaúcha passou a ser comandada diretamente pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Comunicação (Secom), assim como os 165 servidores que restaram do desmonte (53 já haviam sido demitidos ou desligados voluntariamente antes de maio). Em nova determinação, publicada no Diário Oficial do Rio Grande do Sul em 6 de julho de 2018, um novo choque: a realocação de 42 profissionais da TVE e da Cultura FM (que já haviam sido repassados à Secom) para 12 secretarias diversas do governo do Estado sem relação à produção de conteúdo para rádio e televisão (como a Secretaria de Obras e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, por exemplo).

Para o representante do governo gaúcho, diretor de Radiodifusão e Audiovisual da Secom, Orestes de Andrade Jr, tais mudanças não interferiram nas condições de trabalho e nem na programação da emissoras. “Após as relocações, ainda permanecem 123 funcionários na TVE e na FM Cultura, número suficiente para manter as duas emissoras em atividade, afirma o diretor”⁷.

Em artigo publicado no Observatório da Imprensa oito anos atrás, Bibiano Girard (2010) já alertava sobre manobras políticas que visavam extinguir a Fundação Piratini. Na época, com o número de profissionais da Comunicação Pública sendo quase o dobro do que restou em 2018, a falta de reposição de pessoas e equipamentos já preocupava.

A situação da TVE e da Rádio FM Cultura é de extrema preocupação e desolação. Funcionários delatam o sucateamento tanto na redução de recursos humanos, que chegou a ter mais de 230 funcionários, quanto na reposição de equipamento. Algumas peças são retiradas de uma máquina para trabalhar em outra. Desde 2001 não há concursos e, o que é pior, metade dos concursados, aproximadamente 40 pessoas, pela situação se viram obrigadas a abandonar a fundação. (GIRARD, 2010).

Os exemplos acima são algumas das incontáveis interferências políticas nas emissoras públicas brasileiras que vêm ocorrendo há décadas. Vale ressaltar que elas foram identificadas, inclusive, no processo de transição entre Radiobras e EBC (e, por consequência, na integração “forçada” das emissoras educativas e comunitárias de todo

⁷ Nota publicada no próprio site da extinta Fundação Piratini, portal agora sob os cuidados da Secom. Disponível em: <<http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=83&id=2246>> . Acesso em 8 jul. 2018.

país em uma rede única encabeçada pela Empresa), conforme pesquisas de Eugênio Bucci (2015) e de Liana Milanez (2015), por exemplo.

A implantação da EBC foi percebida internamente nas instituições que seriam absorvidas - a antiga TVE, a agência Brasil, Rádio Nacional, Rádios MEC e os serviços oficiais da Radiobrás - como um momento de conflito e instabilidade. Nos primeiros tempos (2007), assumiram a turma da cultura (ligada ao Ministério da Cultura) e a turma da Secom [Secretaria de Estado de Comunicação]. Esses dois grupos compartilharam os altos cargos da nova empresa. (MILANEZ, 2015, p.7).

Na tese que defendemos (DIAS, 2017), apontamos a EBC como um sistema de radiodifusão pública “imperfeito e em construção” e mostramos detalhadamente a trajetória da Empresa entre 2007 e 2016, ano em que a Empresa foi desconfigurada por meio da Medida Provisória nº 744, a primeira MP imposta pela gestão Michel Temer (publicada em 2 de setembro, dois dias após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff).

A MP alterou drasticamente a Lei nº 11.652/2008 de onde surgiu a Empresa. Até então sob este amparo legal, que durou entre 2008 e 2016, o Executivo constituiu a EBC com certa independência para diretoria e conselho em relação ao Governo Federal, com destaque para alternância bienal entre presidentes (da República e da EBC). Resumindo: na metade da gestão do Executivo Federal era escolhido o diretor-presidente da Empresa, evitando a troca automática do primeiro escalão desta pelo governante da vez.

Em artigo anterior (DIAS, SILVEIRA, 2017), evidenciamos as interferências políticas recentes sobre a radiodifusão pública analisando as principais imposições da MP 744/2016 (convertida na Lei nº 13.417, em 1º de março de 2017), como a revogação dos artigos que constituíam o Conselho Curador (responsável por orientar e auxiliar na condução da EBC) e mudanças nos artigos que tratavam da subordinação do Presidente da Empresa). A EBC teve o seu presidente exonerado, deixou de contar com um Conselho Curador formado por representantes da sociedade brasileira⁸ e ainda teve o comando da Empresa submetido à Casa Civil da Presidência da República.

⁸ Eram 22 membros que constituíam o Conselho Curador, sendo 15 representantes da sociedade civil, quatro do Governo Federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado Federal, e um representante dos trabalhadores da EBC. Em reuniões públicas e transmitidas ao vivo pela Internet, os membros avaliavam o desempenho da Empresa e orientavam as decisões dos diretores responsáveis.

O que temos no presente momento da produção deste trabalho é a continuidade do desmonte das mídias públicas, agora com destaque para as emissoras educativas, um importante segmento da comunicação historicamente menosprezado e maltratado no país. Antes de voltarmos aos fatos, convém conceituar e ambientar as mídias públicas educativas nas conjunturas políticas e sociais de época.

2. Trajetória histórica da educação televisionada

É bem verdade que nos extremos do espaço temporal que aqui delimitamos não podemos apenas simplificar emissoras educativas arrastando para o interior delas todo e qualquer projeto midiático que envolva ensino, formação, pesquisa e valorização dos bens culturais de uma sociedade. Sendo objetivo: TV Educativa (TVE) e TV Universitária (TVU) tiveram origens aparentemente comuns, mas passaram por especificações no decorrer dos anos. No entanto, conceitos, designações e até os termos tinham outras configurações. Briggs e Burke (2006, p. 188) fazem analogia com outros períodos históricos ao lembrar que, “nos séculos XVII e XVIII, a ‘informação’ era geralmente descrita como ‘inteligência’; ‘educação’ era ‘instrução’; e ‘entretenimento’, ‘recreação’. ‘passatempo’ ou ‘diversão’”, mostrando assim que as terminologias sofrem mudanças a partir das tecnologias e das conjunturas do período historiografado.

A educação pela TV, por exemplo, tinha outra conotação entre as décadas de 1950 e 1960. Em importantíssimo artigo de época chamado “TV’s Educativas: balanços das realizações e perspectivas”, publicado por Gretchen Becker (1967) na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, há menções de cursos de formação para professores que gravariam programas e aulas ainda educativas distribuídas em espaços públicos onde aparelhos de televisão eram instalados. Era a versão brasileira da *Instructional TV*, referência importada dos Estados Unidos e que Becker já descolava daquilo que se entende por programação televisiva, incluindo jornalismo, educação e entretenimento.

TV Curricular (*Instructional TV*) não apresenta caráter informativo. Abrange apenas programações de conteúdo estritamente didático, preparadas por faculdades ou escolas, visando a uma determinada audiência, e, muitas vezes, contando créditos. A *Chicago City Junior College* foi pioneira nesse campo, possibilitando aos alunos acompanhar cursos completos, equiparados aos cursos regulares, em suas próprias casas, prestando exames finais e recebendo notas. Após dois anos, os alunos se encontravam aptos a se matricularem numa universidades e prosseguirem os estudos. (BECKER, 1967, p. 282).

Sendo assim, televisão educativa se configurava inicialmente como produção de conteúdo instrucional com aparato audiovisual (aparelhos preto e branco, instalados em espaços públicos em regiões metropolitanas). Ao debruçar sobre a documentação de época, Maria Clara Angeiras (2015) disserta sobre trajetória da educação por aparelhos de TV até o funcionamento efetivo da TVU de Recife. O início se dá três anos antes, com a criação de um setor específico para a televisão no governo do Estado, com a meta de oferecer cursos de formação, incluindo aulas preparatórias para exames ginásial (a partir de 16 anos) e colegial (maiores de 19 anos), os chamados “cursos de madureza”, desenvolvidos especificamente para serem ministrados com a ajuda da televisão.

Em 1965, foi criado o Serviço de TV da Secretaria de Educação de Pernambuco, com a finalidade de atender programas de ensino, orientação sanitária e agrícola. No biênio 1966 / 67 foram instituídos Cursos de Preparação aos Exames de Madureza, coordenados pelo Setor de Rádio-TV Educação (SERPE-PE). Outras iniciativas marcaram essa fase em que se desenhava um modelo de TV Educativa no país, como o I Curso Rápido de Iniciação Técnica “Aprenda pela TV”, realizado no Rio Grande do Sul em 1966, com 9 mil inscritos que assistiram aulas em telepostos sob a orientação de monitores. (ANGEIRAS, 2015, p. 52).

Um ano antes, o Governo Federal traçava as configurações para emissoras de caráter educativo, como o Decreto-Lei nº 236/1967 que, segundo Jonas Valente (2009, p. 43), “instituiu a figura da televisão educativa como tipo de radiodifusão de sons e imagens voltada à divulgação de programas educacionais, palestras, aulas, conferências, e debates. A norma estabeleceu ainda o caráter não comercial desse tipo de comunicação”. Com a criação da TVU pernambucana em 1968, o sistema de veiculação já funcionava por transmissão de conteúdo por torres, organizado em uma programação onde a emissora dedicava “mais da metade de suas cinco horas diárias de transmissão a cursos de madureza, inglês, francês, alemão, leitura dinâmica, desenho industrial, arte, culinária, balé clássico” (NOGUEIRA, 1969, p. 196).

No entanto, as condições de acesso à tecnologia – segundo reportagem da Revista Realidade – eram distintas dos telecursos atuais, onde é possível assistir às aulas em casa ou até mesmo na internet. Naquela época, praticamente todos os interessados usavam “telepostos” para acompanhar as aulas. Em todo Pernambuco, eram “856 alunos regulares, matriculados nos 57 telepostos espalhados pela capital e 29 municípios do interior pernambucano. O número de pessoas que acompanham o curso é superior ao de alunos matriculados (id, *ibid.*).

Observa-se aqui uma peculiaridade histórica: uma TV universitária oferecendo formação de ensinos fundamental e médio para a população da época. Esta não seria uma TV curricular ou instrucional? O que difere uma TVE de uma TVU hoje? Segundo o conceito adotado pela Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU):

Televisão Universitária é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade. Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui, é certo, o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação, etc. (PEIXOTO, PRIOLLI, 2004, p. 5).

Aqui, destacamos outro fator importante: nem toda TVU tem caráter público, já que muitas emissoras são concessões de universidades privadas, como reforça Ricardo Oliveira (2017). A mudança histórica mais perceptível nas últimas duas décadas foi escolha (ou transição) de plataforma por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) interessadas em uma concessão de radiodifusão: optar pelos canais universitários disponíveis via cabo em decorrência dos canais abertos, com custos de transmissão mais elevado. Isso também colaborou com mudanças na programação das emissoras universitárias e na própria identificação com preceitos da Comunicação Pública.

O surgimento da Lei 8977 de 1995, que recebeu a alcunha de “Lei da TV a Cabo” por exigir que a concessionária local ceda à universidade ou faculdade do município um canal para programação universitária, propulsionou o índice de TVUs no Brasil, saltando de oito emissoras, fundadas até aquele ano, para 73 canais sob responsabilidade de 85 IES, segundo a ABTU (PEIXOTO, PRIOLLI, 2004). Vale ressaltar que este levantamento segue importante, mesmo defasado⁹. Carine Prevedello (2017), em trabalho similar ao aqui apresentado, afirma que seriam pelos menos 100 núcleos de produção audiovisual universitária (somando emissoras e produtoras periféricas com subsídio público). Já as TVEs somavam 236 emissoras até 2016, segundo o Plano Nacional de Outorgas.

⁹ Para exemplificar, no relatório das TVUs organizado por Peixoto e Priolli para a UNESCO em 2004, na cidade de Londrina-PR (onde este autor leciona) é citada a TV Mix (canal a cabo da IES particular Unopar) sem ainda elencar a TV UEL (pertencente à Universidade Estadual e detentora de concessão desde 2009).

Com tantas televisões universitárias-educativas disponíveis, uma questão que se põe à mesa é: por que ainda não há um *pool*, uma efetiva rede não de transmissão mas de troca de ideias, experiências e, claro, produções? O primeiro entrave talvez continue sendo o das configurações, problemas que acompanham as emissoras há décadas e que ainda passam por indefinições legais. Prevedello (2017) detalha:

As emissoras educativas são regulamentadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117), enquanto a Lei da TV a cabo [8977/1995] abrange os canais legislativos, executivos, judiciários, universitários, comunitários e educativos localizados na TV por assinatura. (PREVEDELLO, 2017, p. 111).

A lei que criou a EBC (11.652/2008) alterada outra lei (a 13.417/2017), promulgada em um período político tenso por um governo (sem chancela, lastro nem base popular) sabidamente atuante por mudanças de mais leis (previdenciárias, trabalhistas, ambientais, por exemplo), configura uma desconstrução efetiva de conquistas sociais e, portanto, outro entrave. O que ocorreu na EBC se repete na Fundação Piratini de maneira mais agressiva. O manifesto do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP, 2018) lamentou a decisão tomada pelo Executivo gaúcho. “Esse governo se mostrou impermeável a todas as mobilizações, abaixo-assinados, reuniões e manifestações. E assim deixa seu legado: próximo das cifras e distante do interesse público.”

Já no campo específico da produção audiovisual, temos um problema histórico identificado tanto hoje quanto nos primeiros meses de gestação das emissoras pioneiras: a pluralidade de conteúdo e o debate sobre o que seria bom ou ruim para a sociedade que assiste a TV. “A televisão comercial muitas vezes confunde popularidade com vulgaridade. A televisão educativa quer evitar o erro oposto: confundir cultura com os padrões de uma elite”, sentenciou o jornalista da Realidade (NOGUEIRA, 1969, p. 198).

Somadas as dificuldades iniciais enfrentadas pela TVU pernambucana em 1968 com os problemas que seguem, em 2018, prejudicando profissionais da TVE gaúcha, vemos a condição cada vez mais remota de um sistema conjunto de radiodifusão pública ser efetivado. Expomos aqui questão e resposta (com as quais compactuamos) apresentadas pelo professor e pesquisador da ULEPICC¹⁰, Valério Cruz Brittos, na

¹⁰ União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, organização que mantém a Revista Eletrônica Internacional de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación (Eptic On Line).

introdução do livro de Pieranti (2007) sobre a dificuldade para solucionar problemas decorrentes da falta de democratização da mídia: antes de constituir um sistema público não seria melhor focar a democratização da comunicação e das mídias? Ainda é possível resolver tais problemas com políticas públicas no Brasil?

Não, mas pode-se atenuar o problema com ações que incidam especificamente sobre questões como concentração da propriedade, controle público dos atos de mídiatização, regionalização dos conteúdos, terceirização de programação, cessão de horário a atores não-hegemônicos e financiamento da comunicação alternativa. (BRITTOS apud PIERANTI, 2007, p. 13).

A trajetória de 50 anos, cheia de conquistas, entraves e retrocessos, só reforça a necessidade dos cidadãos seguirem mais décadas na luta pela democratização da Comunicação.

3. Considerações finais

Apresentamos neste trabalho iniciativas históricas que preconizavam a criação de um sistema público de radiodifusão que reunisse projetos e produções integrados ou influenciados mutuamente. No exemplo pioneiro, a interação entre IES, Estado, profissionais e lideranças pernambucanas resultou na TVU de Recife, atuante até hoje. O surgimento da emissora como órgão complementar da UFPE em 1968 mostra a importância de as universidades se posicionarem como vanguardistas na constituição de emissoras educativas locais, mesmo que a IES seja particular. Convém lembrar que a Fundação Piratini – nosso outro exemplo da trajetória histórica aqui registrada – teve como instituição de amparo, durante os anos 1980, a PUC do Rio Grande do Sul.

O rápido fim de uma fundação constituída depois de anos de debate e conquistas históricas milimetricamente acumuladas pela sociedade gaúcha reforça a percepção enviesada dos governantes sobre o que são mídias Pública e Estatal.

Acabar com esse privilegiado espaço de informação pública e transformá-lo em órgão governamental é facilitar a propaganda no lugar do jornalismo; é abrir espaço para promover a cultura e a educação sob interesses privados; é excluir um espaço diferenciado de ver a sociedade, sua cultura e a sua história e, finalmente, é amplificar a comunicação de governos, geralmente o objetivo único de uma secretaria estadual de comunicação. É emblemático que isto aconteça em um ano eleitoral, quando há especial urgência por informações produzidas com a autonomia que o interesse público requer. (OBCOMP, 2018).

Quando foi instituída a EBC em 2007, novas perspectivas se apresentaram no tabuleiro midiático nacional, principalmente a de que haveria um amparo financeiro (orçamento público) e legislativo (a partir da Lei de 2008) que funcionasse como motor para girar e ampliar as produções e a troca mútua das mesmas entre todas as emissoras e redes com características públicas. Sem contar a possibilidade de interação com grupos audiovisuais independentes (institutos, movimentos sociais e agências de notícias) e, claro, com a própria mídia privada.

Convém lembrar mais uma vez o relatório de Becker naquele distante 1967, expondo possibilidades futuras para o audiovisual a partir do eixo Rio-São Paulo, mas também oriundas das duas capitais onde nossos objetos de pesquisa estão sediados. “O desenvolvimento até agora observado indica que, num futuro próximo, Guanabara, São Paulo, Recife e Porto Alegre devem tornar centros produtores de material televisionado a ser distribuído nos demais estados” (BECKER, 1967, p. 293).

Uma visão vanguardista de época, construída com base em pesquisas de campo bem elaboradas e integradas à práxis necessária para este e aquele momento. Práxis esta defendida insistentemente por este Grupo de Pesquisa e que deve ocupar cada vez mais as arenas públicas onde devemos exercer efetivas ações políticas, comunicação e liberdade, confluências que ganham envergadura quando amparadas por mídias públicas sólidas e respeitadas. É o que esperamos para as próximas décadas no ambiente da Comunicação Pública.

REFERÊNCIAS

ANGEIRAS, Maria Clara de Azevêdo. **Televisão e educação: história da criação da primeira TV educativa do Brasil – TV universitária, canal 11.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15039> . Acesso em: 26 abr. 2018.

BECKER, Gretchen. **TV Educativa: Balanço das realizações e perspectivas.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: MEC, v. 48, n. 108. p. 280 – 295, out./dez., 1967

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso – A comunicação pública a serviço da vaidade particular.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

COUTINHO, Iluska (org.). **A informação na TV Pública.** Florianópolis: Insular, 2013.

DIAS, Emerson S. **O jornalista brasileiro no sistema público de radiodifusão: Experiências profissionais nas emissoras da EBC.** 2017, 250 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

_____; SILVEIRA, Fábio A. **Interferências Políticas e Privadas na Comunicação Pública: O Exemplo da EBC em Desconstrução.** Anais... 40º Intercom. Curitiba: Universidade Positivo, 2017.

_____. **Comunicação Pública e Jornalismo em Mídia Pública.** Anais... 38º Intercom. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

GIRARD, Bibiano. **Qual o futuro da Fundação Piratini?** Portal Observatório de Imprensa, 2010. Disponível em: < <http://observatorioidaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/qual-o-futuro-da-fundacao-piratini/> >. Acesso em: 3 jul. 2018.

MILANEZ, Liana. **TV PÚBLICA: a desconstrução continuada.** Anais... 38º Intercom. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** In: DUARTE, Jorge (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

NOGUEIRA, Nemércio. **As imagens da cultura.** São Paulo: Revista Realidade, ed. 42, nov. 1969.

OBCOMP. **A extinção da Fundação Piratini é luto para a comunicação pública.** Porto Alegre: Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/612/a-extincao-da-fundacao-piratini-e-luto-para-a-comunicacao-publica-1/2>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Borges. TV Universitária pública: entre a sobrevivência e a convergência digital. Revista ABTU. Salvador: Gráfica Unifor, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://www.abtu.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (Orgs.). **A televisão universitária no Brasil** – Os Meios de Comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: UNESCO / ABTU, 2004.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas Públicas para radiodifusão e imprensa.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

PREVEDELLO, Carine Felkl. **50 anos de TVs universitárias no Brasil.** Revista Eptic. Aracaju: UFSE, vol. 19, n° 3, set.-dez. 2017.

RINCÓN, Omar. **Televisão Pública** – do consumidor ao cidadão. Ecuador/São Paulo : Friedrich-Ebert-Stiftung / Proyecto Latinoamericano de Medios de Comunicación, 2002.

SOUZA, Paulo Dias. **Intercâmbio e cooperação numa política para a TVE (TV Educativa) no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: MEC, v. 50, n° 116, 1969.

UNESCO. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas:** Uma avaliação contemporânea [recurso eletrônico]. Série Debates CI (Comunicação e Informação). Brasília: Unesco, n. 10, jun. 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. **O ambiente regulatório para a radiodifusão:** uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros [recurso eletrônico]. Série Debates CI (Comunicação e Informação). Brasília: Unesco, n. 7, fev. 2011. Disponível em: <www.unesco.org.br/brasilia> . Acesso em: jun. 2018.

VALENTE, Jonas. **Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação.** IN: INTERVOZES. Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009.